

Diário do Legislativo de 07/03/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB / PPS / PTB / PSC / PHS / PMN)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Ademir Lucas (PSDB), Ana Maria Resende (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Corrêa

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Adalclever Lopes

Vice-Líder: Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Dimas Fabiano

Vice-Líder: Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Wander Borges

Vice-Líder: Chico Uejo

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro PFL Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo PSB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito PFL
Alves

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo PFL
Valadares

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente
Fabiano

Deputado Antônio BSD
Genaro

Deputada Maria PFL
Lúcia

Deputada PV
Rosângela Reis

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Ruy Muniz PFL

Deputado Hely PV
Tarquínio

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO

CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente
Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy PFL
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos PFL
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró PSB Presidente
Marra

Deputada Maria PFL Vice-Presidente
Lúcia

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander PSB
Borges

Deputado Ruy Muniz PFL

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
Andrada de

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús

Filho

Deputado PDT
Sebastião
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos PFL
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado PSB
Wander Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra PSB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo PFL
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio PFL
Carlos Arantes

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves PFL

Deputado Deiró Marra PSB

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy PFL
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor PSB

Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo PSB

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 8h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues PDT Presidente

Deputado Cesar Paulo PDT Vice-Presidente

Deputado Malheiros Délio PV

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Leonardo Moreira PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Helvécio Sebastião PDT

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Leite Luiz Tadeu PMDB

Deputado Jayro Lessa PFL

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis PV Presidente

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio PFL
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia PFL

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Gustavo Valadares

Deputado PSB Vice-Presidente
Juninho Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Chico Uejo PSB

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/2/2007

Às 9h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Agostinho Patrús Filho. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes, e informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. A Presidência comunica o recebimento de ofício do Cel. PM James Ferreira Santos, Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador Estadual de Defesa Civil, conforme publicado no "Diário do Legislativo" em 24/2/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da Deputada Cecília Ferramenta em que pede seja realizada reunião desta Comissão para debater, em audiência pública, os impactos da Lei nº 11.340, de

7/8/2007, no combate à violência contra a mulher; e dos Deputados Agostinho Patrús Filho em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao Chefe da Polícia Civil para que se institua, naquele órgão, um serviço de assessoramento parlamentar destinado à interlocução dessa Casa com a Polícia Civil; Tiago Ulisses em que pede seja realizada reunião desta Comissão no Município de Paraisópolis para debater, em audiência pública, o problema de segurança pública na comarca sediada naquele Município; Sargento Rodrigues em que pede que esta Comissão e a Presidência desta Casa possam levar propostas de revisão da Legislação Criminal Brasileira aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara Federal, de forma a contribuir com as discussões sobre o referido tema e aderir à proposta de delegar autonomia aos Estados para realizarem mudanças na legislação penal; e Délio Malheiros (2) em que pede seja formulado voto de congratulações com o Secretário de Estado de Defesa Social pelo eficaz desempenho dos policiais estaduais no combate à ação do crime organizado em Minas Gerais, e seja realizada reunião desta Comissão no Município de Itamarandiba, para debater, em audiência pública, a questão da violência e da criminalidade naquela cidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente - Leonardo Moreira - Paulo Cesar - Délio Malheiros.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 27/2/2007

Às 11h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Juninho Araújo e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Hely Tarquínio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Bruno Batista, Diretor Executivo da Confederação Nacional do Transporte (6/1/2007), Reinaldo Alves Costa Neto, Diretor-Geral do Deop-MG (5/1/2007), Edson Silva, Chefe de Gabinete do Diretor-Geral da ANP (20/1/2007) e da Sra. Yolanda Corrêa Pereira, Consultora Jurídica da Advocacia-Geral da União (21/12/2007). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Roberto Carvalho (2), em que solicita a realização de audiências públicas, para que sejam apresentados a esta Casa, pelo DNIT, o projeto de obras previstas para as ferrovias em Belo Horizonte, com recursos federais, através do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - e o Projeto Rodoanel que será realizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte; Célio Moreira (3), em que solicita sejam encaminhados: ao DNIT, pedido de providência para que seja dada prioridade ao asfaltamento da BR-135, na altura do Km 539, no Município de Augusto de Lima; à Codemig, à Copasa e ao DER-MG, pedido de informações sobre a infra-estrutura existente na região do Médio São Francisco; ao Detel e à Telemar, pedido de providências para que seja disponibilizado aos Municípios de Caetanópolis e Paraopeba o acesso à internet banda larga, em substituição ao acesso via rádio; Paulo Guedes, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os problemas da BR-135 na região Norte de Minas e definir metas de recuperação; Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado convite ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, para expor, nesta Comissão, as ações de melhoria dos aeroportos localizados nos Municípios mineiros, especialmente a execução do Programa de Melhoramento de Aeroportos (Promaer); Gil Pereira, em que solicita visita desta Comissão aos seguintes órgãos: Ministério dos Transportes, Secretaria de Transportes, DNIT-MG e ao DER-MG; Hely Tarquínio, em que solicita audiência pública para debater a real situação da malha rodoviária em Minas. Foram recebidos pelo Presidente os seguintes requerimentos: do Deputado Delvito Alves, em que solicita seja realizada audiência pública, na cidade de Unaí, para discutir o processo de pavimentação das rodovias de acesso aos Municípios de Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Riachinho, Santa Fé de Minas, Uruana de Minas e Uruçuia, bem como discutir o Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações de Minas Gerais (Minas Comunica); e da Deputada Cecília Ferramenta, em que solicita seja realizada audiência pública, na cidade de Timóteo, com o objetivo de debater a viabilidade e a importância da pavimentação asfáltica da rodovia MG-760, entre os Municípios de Timóteo e São José do Goiabal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2007.

Gil Pereira, Presidente - Paulo Guedes - Juninho Araújo.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 12ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 7/3/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.374/2006, do Governador do Estado, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.084, de 15/5/73, e autoriza a criação de empresas subsidiárias da Copasa-MG. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 3, da Comissão de Justiça; a Emenda nº 4, que apresentou; e a Subemenda nº 1, que apresentou, à Emenda nº 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 3, da Comissão de Justiça; a Emenda nº 4, da Comissão de Administração Pública; e a Subemenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, à Emenda nº 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 3, que apresenta, e das Emendas nºs 5, 7 e 15; e pela rejeição dos Substitutivos nºs 1 e 2 e das Emendas nºs 6, 8 a 14 e 16.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.593, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 7/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 7/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 7/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 7/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 7/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/3/2007, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de março de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/3/2007, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 22/2007, do Deputado Ivair Nogueira, e 43/2007, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de março de 2007.

Zé Maia, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 1º/3/2007

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, colegas Deputados, é com muito orgulho que retorno a esta Casa, desta vez como Deputado, também pela porta da frente. Há 20 anos, entrei por essa porta pelo concurso público, e agora pelo concurso mais difícil, o das urnas. Entro nesta Casa pelas mãos generosas de 48.836 cidadãos que acreditam em meu trabalho. E espero que continuem acreditando. Hoje integro essa bancada espetacular, coesa e séria do PV.

Nestes 20 anos, tenho procurado dedicar a minha vida profissional ao direito do cidadão e à defesa dos menos favorecidos e, especialmente, aos que nunca tiveram acesso à Justiça, tenho procurado dar a mão e os meus modestos conhecimentos.

Em 2004, fui eleito Vereador à Câmara de Belo Horizonte. Lá surpreendi-me, ao tomar conhecimento da maneira como o PT governa Belo Horizonte. E surpreendi-me negativamente, pois não imaginava que a Prefeitura de Belo Horizonte pudesse estar não somente nas mãos de algumas pessoas de boa-fé, mas também de muitas outras que transformam a municipalidade numa forma de lesar o contribuinte e o direito e de se apropriar de recursos públicos.

Hoje, percebo que a nossa cidade está com a saúde no CTI. A educação está pedindo socorro. Transformaram a Prefeitura numa espécie de partidização, de "nepetismo". Mais de 20 mil pessoas ligadas ao partido estão, de alguma forma, ocupando posto na Prefeitura, seja em empresa terceirizada, seja em recrutamento amplo, seja em consultoria, seja em prestação de serviço.

A Prefeitura de Belo Horizonte tem uma dívida com a nossa população. Estamos numa cidade em que não há obras. As que temos ou são financiadas mediante o endividamento da municipalidade ou são repasses do governo federal a fundo perdido, ou então, é o governo do Estado que está investindo pesado em Belo Horizonte.

Alardeia-se que há 150 obras concomitantes em Belo Horizonte. Inaugura-se a troca de uma tampa de esgoto e credita-se: mais uma obra em Belo Horizonte.

O Orçamento Participativo é um engodo de cartas marcadas, de ônibus cheios, pagos com o dinheiro do contribuinte, para ser votado. A idéia é boa, o propósito é bom, mas a maneira de se efetivar o Orçamento Participativo é que devemos questionar.

Há esse empreguismo, partidismo, na Prefeitura, já condenado no governo federal, porque isso não leva a lugar algum. Se antes o PT pregava a necessidade de concurso público, na Prefeitura de Belo Horizonte, isso não existe. O Ministério Público ingressou com várias ações para que a Prefeitura cumprisse a lei e realizasse concurso público.

Meus colegas Deputados, para que tenham uma idéia, encontraram uma maneira fácil de contratar os amigos do rei: a chamada consultoria. A Prefeitura investiu R\$35.000,00 na Farmácia Popular, mas um petista, pelo trabalho de consultoria na Farmácia Popular, recebeu R\$180.000,00.

Em 2007, o Orçamento da Prefeitura de Belo Horizonte é de R\$3.800.000.000,00. Só na terceirização serão investidos R\$1.150.000.000,00 contra R\$850.000.000,00 do ano anterior. Quais são as empresas terceirizadas que ganham as obras? As mesmas que financiam aqueles que lá estão: que reformam postos de saúde sem licitação, que tomam conta da rodoviária de Belo Horizonte, que constroem o Centro de Especialidades Médicas, que reformam as escolas e que coletam o lixo sem licitação desde 1999. Não era licitação o que pregava o partido que ocupa a Prefeitura?

Meus colegas Deputados, para se ter uma idéia, a rodoviária de Belo Horizonte esteve num contrato irregular de 1994 até 2003, nas mãos de uma empresa privada. Ela foi entregue à Prefeitura em julho de 2003, com a promessa de que se construiria, até 3/7/2006, um novo terminal rodoviário. E cadê o novo terminal rodoviário?

Não há e nem haverá, porque a Prefeitura não sairá daquele espaço. Onde havia 80 funcionários, agora há 297, sendo 1 concursado e 296 contratados, arregimentados do partido que ocupa a Prefeitura. Daí, o terminal que dava um lucro de R\$600.000,00 ao mês, agora, dá um prejuízo de R\$225.000,00 ao mês para o contribuinte. Prefeitura pobre; e tem de suportar isso. E a Prefeitura é o retrato do Brasil, onde não se cria emprego.

Uma única grande empresa está instalada em Belo Horizonte: a Mannesmann. E a Prefeitura aproveita os espaços que às vezes sobram na cidade para construir mais conjuntos habitacionais, que não resolvem absolutamente nada.

Assim como o Brasil, que teve o menor PIB da América Latina, só perdendo para o Haiti - menos de 3% -, a Prefeitura de Belo Horizonte não cria empregos, a não ser para o PT, para que se acomode no Município. São 48 Secretarias, com o salário de R\$12.000,00 de cada Secretário. E o cidadão de Belo Horizonte é quem paga essa conta. Há mais de 20 mil postos do chamado "nepetismo", que é o nepotismo do PT em Belo Horizonte. E assistimos a tudo isso.

Estive na Câmara por dois anos, e somente o meu companheiro e amigo fraterno Antônio Pinheiro, do alto dos seus 84 anos, ainda tentava resistir comigo em uma trincheira contra esses absurdos. Fora isso, a Prefeitura conseguia ter 39 Vereadores, dos 41, apoiando esses projetos perniciosos em Belo Horizonte.

Falo isso porque fui eleito com 35.000 votos em Belo Horizonte - a 3ª votação da cidade e a 1ª da região Sul de Belo Horizonte, com votos em todos os quadrantes da cidade - e, por isso, continuo com meu compromisso com o Município. Nesta Casa, tenho absoluta certeza de que terei o amparo e o apoio imprescindível de meus pares nessa nossa batalha, porque outrora a moralidade pública era pregada pelas mesmas pessoas que estão nessa situação no Município de Belo Horizonte, avançando sobre o dinheiro do contribuinte como as piranhas avançam sobre as carnes dos animais que falecem nos rios do Pantanal.

Em Belo Horizonte, há um enriquecimento desmedido de empresas que prestam serviços ao Município na área do lixo e que avançam para o interior, onde o mesmo partido está ocupando as Prefeituras. Há o cartel das empresas que ganham os contratos do Município. E, pasmem os senhores, a Prefeitura envolve entidades sérias, como a Igreja Católica de Minas Gerais.

Caso concreto: a Prefeitura, para construir 638 casas populares, em vez de realizar a pregada, legal e constitucional licitação, repassa R\$36.000.000,00 para uma ONG chamada Ação Social Arquidiocesana - ASA -, que administrará a construção do conjunto. Mas a Prefeitura aponta a essa ONG qual empresa deverá ser contratada: HP Engenharia. E a ONG a contrata. Mas, por acaso, essa é a empresa que financiou a entrada deles na Prefeitura, na campanha de 2004. Ora, por que não fazem licitação? Por que não entregam o dinheiro público de acordo com a lei?

Esse processo está no Ministério Público, porque, fora isso, há um superfaturamento dessas casas e um clientelismo na indicação de quem iria recebê-las. É assim que tratam o dinheiro público. Aqueles que outrora eram porta-estandartes da moralidade agora fazem assim.

Não há como este Deputado calar-se diante desse cenário.

Como disse, fui eleito graças à grande maioria dos votos de Belo Horizonte e de minha querida Itamarandiba, no Vale do Jequitinhonha.

Senhores, temos de ficar atentos, porque o dinheiro utilizado em Belo Horizonte reflete em toda a Grande BH. Para encerrar o ano de 2006, a Prefeitura firmou acordo com empresas de ônibus, em mais de R\$450.000.000,00, e pagou dívidas prescritas, ou seja, dívidas da câmara de compensação tarifária do ano de 1999 a 2001. Para complicar, senhores, a Prefeitura, que tinha uma dívida líquida e certa de ISS a receber dessas empresas em mais de R\$240.000.000,00, jogou essa dívida no meio desse acordo.

A Prefeitura trata os grandes com tapete vermelho, ao fazer esse tipo de acordo, todavia, para os pequenos, para o coitado do taxista, há lei, assim como há lei para o dono de banca, que não pode vender água de coco, água mineral, picolé ou sorvete. A Prefeitura trata mal os pequenos. Os feirantes da Afonso Pena já não sabem mais o que fazer nem para onde ir, pois são, a cada dia, empurrados de um lado para o outro.

Por isso, senhores, temos de ficar atentos a essa situação. Preocupo-me não só com Belo Horizonte, mas também com todo o Estado e com minha querida Itamarandiba, onde faremos uma audiência sobre segurança pública. Estaremos lá porque o Vale do Jequitinhonha, a cada dia que passa, apresenta crescimento de seu índice de criminalidade e precisa de nosso apoio.

O Deputado Agostinho Patrús Filho (em aparte) - Obrigado, Deputado. V. Exa., há cerca de dois anos e meio, entrou na sede do PV pela porta da frente e, com certeza, também pela porta da frente, retorna a esta Casa.

É uma alegria, Deputado Délio Malheiros, a Bancada do PV ter uma pessoa como V. Exa., homem combativo, defensor dos direitos do consumidor, enfim, um lutador pelo que é correto e sério. V. Exa. enfrenta os problemas de frente e não se utiliza das palavras e temas para fazer uma curva ou outra coisa qualquer, pelo contrário, vai direto ao assunto.

Assim, nobre Deputado Délio Malheiros, é com muita alegria que a Bancada do PV o tem aqui, como nosso colega. Com certeza, V. Exa. ocupará lugar de destaque nesta Casa, o que já vem fazendo como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Délio Malheiros, queria somente corroborar o que V. Exa. afirma e também dizer que,

infelizmente, não temos hoje mecanismos que possamos utilizar para enfrentar essa onda de corrupção, revestida de honestidade.

Disse a V. Exa. que entrei com uma ação popular contra aquela obra feita no Anel Rodoviário. Na verdade, não contra a obra, mas contra a forma como o dinheiro foi gasto, ou seja, sem licitação, de forma inescrupulosa e mentirosa. Foram fraudados vários documentos para que não existisse concorrência, e, infelizmente, não temos Judiciário em Minas Gerais para julgar essas causas.

Em primeira instância, foi negada a liminar para paralisação da obra, e o Tribunal de Justiça corroborou a decisão do Juiz. Há uma farta documentação que comprova a falta de escrúpulo da Prefeitura de Belo Horizonte para com o dinheiro público, haja vista a questão do transporte coletivo, em que os pobres empresários de ônibus da nossa Capital foram presenteados com um "dinheirão". Também foi dada contribuição à Unimed. São contribuições fartas com dinheiro público, enquanto nossa cidade está sucumbindo à criminalidade, à falta de urbanização, à falta de condição humana de moradia. Parabéns a V. Exa.!

Acredito que ganhamos um forte aliado, visto que se trata de pessoa persistente e detentora de conhecimento. Essa luta não será em vão; às vezes, é muito ingrata, pois falar de desonestidade tornou-se algo comum. Hoje todas as ONGs recebem dinheiro da Prefeitura de Belo Horizonte, da qual são funcionários todos os líderes comunitários. Portanto, o dinheiro do povo destina-se a pagar líderes, com o intuito de abafar a corrupção em nosso Estado. Obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Parabenizo V. Exa., pois agora esta Casa dará maior atenção a Belo Horizonte. Contamos aqui com os companheiros Irani Barbosa e João Leite, que falaram de alguns pontos da Capital.

V. Exa. fala sobre a rodoviária. Lembro-me de que, quando fui Vereador por Belo Horizonte, elaboramos um projeto tendo em vista a retirada da rodoviária do Centro da cidade. Na ocasião, o projeto foi aprovado, e fez-se um estudo com vistas a construí-la no Bairro Carlos Prates. Resultado: passaram-se 16 anos, mas hoje tudo se encontra do mesmo jeito. Então, temos de rever essa questão.

O que acontece hoje em Belo Horizonte? Ontem, depois da reunião, saí daqui com os companheiros Deputado João Leite e Heleno para assistir, no Estádio Independência, ao treino do América, que enfrentará o Cruzeiro no próximo domingo. Quando voltamos, nobre Deputado, por volta das 18 horas, gastamos uma hora do Independência até aqui. Um trânsito infernal. Como bem diz o Deputado João Leite, trata-se de um "apagão" do trânsito. Houve um momento em que resolvi sair do carro. Falei: João Leite, chegarei mais rápido que vocês. E foi o que aconteceu. Belo Horizonte está sem planejamento.

Há pouco, comentava algo com o Deputado João Leite. Ontem, passamos pelo Boulevard, na Praça da Estação, onde víamos muitas placas da Prefeitura em todos os lugares. Lembro a V. Exa. e aos demais Deputados desta Casa que formamos uma comissão para tratar da questão do aeroporto, já que lugar de avião é em Confins. Teremos a oportunidade de mostrar isso a todos os companheiros em pronunciamento que estamos preparando. Na época, presidi a primeira, a segunda e a terceira reunião. O projeto é de minha autoria. No entanto, a Prefeitura, bem como todos os componentes do PT que aqui vieram, mostraram-se contrários à transferência dos vôos da Pampulha para Confins.

Hoje, diante daquela grande obra, a Prefeitura e o PT exclamam: "Que beleza! Nós fizemos". Esperem aí. Fizeram agora; no início, eram contra. V. Exa. está de parabéns por tratar desse importante tema. Obrigado.

O Deputado Délio Malheiros - Assumimos nesta Casa o mesmo compromisso firmado quando trabalhávamos pelo Município de Belo Horizonte. Ou seja, temos compromisso com a ética.

Para encerrar, Sr. Presidente, afirmo: temos o mesmo compromisso que assumimos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, qual seja o de lutar pelos interesses do Estado, sem, contudo, retirar os olhos de Belo Horizonte, cidade que nos acolheu. Agradeço a V. Exa., bem como aos companheiros que me apartearam.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, amigo Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho à tribuna para falar de uma análise que chegou aos quatro cantos do País.

Ontem, depois de muito estudo, chegou-se a uma conclusão a respeito da média de crescimento do País durante a gestão do Presidente Lula, que, aliás, gosta de usar o jargão do espetáculo do crescimento, mas, em seu primeiro mandato, registrou um crescimento pífio. Um crescimento de apenas 2,6%, crescimento este exatamente igual ao do Presidente Fernando Henrique Cardoso também em seu primeiro mandato.

É importante fazermos algumas avaliações que julgo importantes para que a população mineira e, por que não, também toda a população brasileira tenham consciência do que está acontecendo em nosso país. Discursos não faltam, inaugurações de obras que nem começaram não faltam, populismo "a la Hugo Chávez" e "a la Evo Morales" também não faltam. Mas governar, que é bom, com competência, seriedade e responsabilidade, isso, infelizmente, falta a esse governo federal e a esse Presidente da República.

O Sr. Presidente Lula, ontem, em uma entrevista coletiva que concedeu a todos os jornalistas do País, afirmou que o crescimento não depende da vontade do governo, ou seja, que a economia, para crescer, não depende da vontade do governo. Ora, há quatro ou oito anos, quando ainda era da Oposição e o PT fazia aquela oposição raivosa e irresponsável, o Sr. Presidente Lula questionava e jogava toda culpa do crescimento econômico nas costas do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Agora, quando se torna Presidente e vira vidraça, já não depende mais apenas da vontade do governo.

São muitos os aspectos e os fatores que influenciam no crescimento do País.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Prezado Deputado Gustavo Valadares, quero recordar que o Presidente Lula costumava dizer que os resultados medíocres da economia nacional eram frutos da herança maldita do período Fernando Henrique Cardoso. Os jornais de hoje trazem a comparação de que o crescimento do Brasil durante o período Lula foi semelhante ao do período Fernando Henrique Cardoso.

Mas não podemos esquecer que durante o governo Fernando Henrique Cardoso o mundo viveu três grandes crises econômicas que abalaram e afetaram todas as Bolsas e a economia mundial. Tivemos as crises da União Soviética, da Ásia e do México.

O período do governo Lula do último quadriênio foi de céu de brigadeiro na economia mundial. Agora é muito fácil o governante chegar perante o País e dizer que a culpa do crescimento pífio não é do governo. A grande locomotiva do Estado e do País é o governo. É o governo que pode elevar ou diminuir o crescimento do País. Infelizmente, o governo Lula tem sido um fracasso em termos de crescimento administrativo. O

governo Lula deveria espelhar-se no exemplo de Minas, que, apesar de tudo, cresceu o dobro do governo nacional. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Gustavo Valadares - Agradeço o aparte, Deputado Lafayette de Andrada, que engrandeceu muito o nosso pronunciamento.

Eu iria também dizer exatamente o que V. Exa. disse. Citando a "Folha de S. Paulo" de hoje, 1º/3/2007, em uma matéria, o jornalista Gustavo Patu afirma: "Os dados mostram que Lula governou na melhor conjuntura internacional da história recente do País. Não há como comparar o momento atual da economia mundial senão com a do início da década de 70".

Infelizmente, chego à conclusão que isso se deve muito ao despreparo, à irresponsabilidade do discurso e ao populismo exacerbado do governo. Então o País não cresce. Para sermos ainda mais específicos para que a população mineira possa entender, o Brasil só superou, na América Latina, um único País, em termos de crescimento durante os últimos anos: o Haiti. Vejam a que ponto chegamos. O Brasil só cresceu mais do que o Haiti, na América Latina.

E agora vemos o governo Lula encaminhar ao projeto nacional, sob os holofotes de toda a mídia, o Plano de Aceleração do Crescimento, o famoso PAC. Na verdade, não devíamos ter o PAC, mas sim o "PIC", ou seja, o "Plano de Iniciação do Crescimento", que até agora não começou. Não podemos acelerar o que não começou. Não podemos acelerar, passar a quarta ou a quinta marchas no carro, sem antes colocar a primeira. Proporei isso a nossa bancada federal em Brasília, ou seja, em vez de PAC, falaremos de "PIC", que seria um programa para iniciarmos o crescimento do País.

Vim à tribuna, para tratar de um assunto que muito me assustou. Como parlamentar, acompanhei essa situação durante os primeiros quatro anos e venho alertando os nobres colegas a respeito da forma como o País estava sendo conduzido. Cargos para os companheiros não faltam. Se há desamparado um companheiro do partido do Presidente, ele é logo atendido, mas, na hora de tratar a gestão administrativa do País de forma séria, infelizmente o governo fica a dever.

O Deputado Jayro Lessa (em aparte) - O Brasil tem tido sorte nos últimos quatro, cinco anos, pois a economia mundial cresceu. Pode-se dizer que a liquidez mundial é a melhor do século. Atualmente, o Brasil possui mais de US\$100.000.000.000,00 em caixa, em reserva, e deve US\$65.000.000.000,00. Portanto, o saldo positivo em seu caixa está em torno de US\$35.000.000.000,00. É uma situação muito cômoda para o governo; todavia, infelizmente, há dois "Brasis": o Brasil financeiro, o Brasil do Banco, o Brasil da aplicação financeira, com juros altíssimos, o que significa que todo o setor financeiro está às mil maravilhas; e o outro Brasil, que é o Brasil produtivo, o Brasil que produz aço, matéria-prima, insumos. Este Brasil, sim, vai mal, em razão da alta carga tributária.

A reforma tributária está para ser feita há muitos anos, mas é um tanto difícil realizá-la. Enquanto não começar a funcionar, enquanto não se puser a mão na massa, será difícil realizá-la. Infelizmente, o que falta para o governo Lula é gerência operacional. Para infelicidade do Brasil, Lula está ligado aos companheiros que não têm capacidade de gerenciar as operações necessárias em todos os Ministérios. Isso é uma realidade. O Brasil não crescerá mais que 3,5% neste ano, porque não há infra-estrutura, energia elétrica. Falta base para o crescimento.

Torcemos para que o PAC realmente se realize, mas não acredito que haverá condições de se ser operacionalizado. Obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares - Agradeço ao Deputado Jayro Lessa, que engrandeceu este pronunciamento. O governo Lula foi o que menos cresceu proporcionalmente ao crescimento mundial. Enquanto, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, o País cresceu, em média, 64% em relação ao mundo, no governo Lula, o crescimento foi de apenas 54%.

O Brasil nunca passou por um momento tão delicado. Para sermos ainda mais práticos, basta pegarmos nosso automóvel e seguirmos em direção às rodovias federais do nosso Estado.

O Deputado Elmiro Nascimento, ferrenho defensor da famosa Rodovia do Milho, na região do Alto Paranaíba, falará sobre a situação da nossa rodovia. Como faremos o espetáculo do crescimento, famoso jargão do nosso Presidente, se não há estrada para escoar a nossa produção?

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte) - Nobre Deputado Gustavo Valadares, estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento. Aliás, gostaria de cumprimentá-lo e dizer que realmente estamos perplexos com a propaganda que se está fazendo em relação ao PAC, ao bendito crescimento do Brasil, que, até agora, como V. Exa. disse, é um dos piores do mundo inteiro. Ganhamos somente do Haiti, que cresceu menos que o Brasil porque está em guerra civil, caso contrário, teria crescido mais.

A propaganda está difundida pelos quatro cantos do País, mas nada tem sido feito até agora. Aliás, ainda agora, vindo para a Assembléia, ouvia um jornalista criticando exatamente isso, ou seja, que o PAC só existe no papel. Não há nada de concreto.

V. Exa. falou do crescimento e do problema das estradas. Como pode um país crescer sem infra-estrutura e estradas capazes de escoar sua produção e propiciar condição digna de ir e vir aos cidadãos? Infelizmente isso acontece não só na minha região, como também no Estado inteiro. As rodovias federais estão literalmente acabadas, por exemplo, a BR-354, a Rodovia do Milho, e a BR-365, duas rodovias importantes que cortam praticamente o Brasil inteiro. Não conseguimos nos deslocar mais. O Alto Paranaíba está ilhado porque não há como ir para lá ou vir de lá. É preciso dar uma volta de 170km, passando por João Pinheiro, porque falta ação de governo. E isso está acontecendo não só com as estradas, mas também com os portos e com os aeroportos. Vejam o problema do apagão aéreo.

O Presidente Lula está tendo muita sorte. Como V. Exa. muito bem disse, a economia mundial cresceu sem que houvesse nada que pudesse afetá-la, ao contrário do que aconteceu com o governo do Fernando Henrique. Mas é agora que vamos ver o que acontecerá no segundo mandato. A economia do mundo está decrescendo, e quero ver a competência deste governo para crescer e impor esse PAC que está sendo tão falado por aí.

Espero que o Brasil cresça pelo menos 4% - não estou nem cogitando o valor de 5%. Que o espetáculo do crescimento aconteça no segundo mandato presidencial.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Caro Deputado Gustavo Valadares, estou estranhando a forma com que os companheiros tiraram o dia para criticar a Prefeitura de Belo Horizonte.

Sem dúvida nenhuma, o Prefeito Fernando Pimentel é reconhecido no País inteiro como o melhor Prefeito do Brasil.

Também gostaria de dizer que o segundo mandato do Presidente Lula está apenas começando. Nos primeiros quatro anos, tivemos inúmeras conquistas, inclusive reconhecidas por toda a população brasileira ao reeleger o Presidente Lula. Foram mais de 6 milhões de empregos gerados no seu primeiro mandato como Presidente, ao contrário do governo anterior, que em oito anos não criou nada neste país, ou melhor, venderam

as principais empresas públicas e fizeram um desmonte. Realmente o crescimento não chegou à era Fernando Henrique Cardoso.

Temos mais quatro anos pela frente, mas já posso afirmar que o Presidente Lula colocou o País nos trilhos, dada a difícil situação em se encontrava. Tenho certeza de que, nos próximos quatro anos, o nosso crescimento vai chegar porque acreditamos no PAC, que, apesar de audacioso, é um plano firme e consistente. Vamos alcançar todas as metas, e o povo brasileiro confia no Presidente, assim como também confiamos.

O Deputado Gustavo Valadares - Agradeço a V. Exa. o aparte. É esse jogo democrático que fazemos dentro desta Casa que engrandece o nosso trabalho.

Faço coro com suas palavras e torço como ninguém para que desta vez, neste segundo mandato, o Presidente Lula tenha aprendido, com os primeiros quatro anos, a governar um país, o que não aconteceu no seu primeiro mandato.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Meu caro colega Deputado Gustavo Valadares, serei extremamente breve, até porque o tempo de V. Exa já se esgotou, e ainda lhe falta concluir.

Apenas gostaria de reiterar não só as suas palavras, mas também as palavras dos Deputados Lafayette de Andrada e Elmiro Nascimento.

Temos acompanhado nos últimos meses o lançamento desse fantástico programa de crescimento que o Presidente Lula pretende implantar no nosso país nos próximos quatro anos. Essa é apenas mais uma de suas jogadas de "marketing", como pudemos verificar nos primeiros quatro anos de governo. Um país em que o Presidente, na sua primeira eleição, defendia a bandeira do Bolsa-Escola e do Bolsa-Família, e os jornais de hoje divulgam que esses programas serão reavaliados, porque não atingiram ou não cumpriram as metas que haviam sido determinadas... Agora, quando o mesmo Presidente insiste em dizer que novas estradas serão construídas e as ferrovias federais serão observadas com bons olhos pelo administrador público, tenho a certeza de que isso serve apenas para fazer vista para a população brasileira.

E o Deputado Paulo Guedes não me leve a mal, mas, quando disse que o Presidente Lula colocou o Brasil nos trilhos, o certo é que as nossas ferrovias estão acabadas, não existem mais. Do jeito que o Brasil, país belo e com grande potencial, está, sob a regência do Presidente Lula, e da forma como está sendo governado, tenho a certeza de que, infelizmente, continuará nos trilhos, quer dizer, num buraco sem fim.

O Deputado Gustavo Valadares - Para concluir, em vez de utilizarmos o "slogan" da campanha do Presidente Lula, "Deixem o homem trabalhar", o que precisamos passar ao Presidente é o seguinte: está na hora de trabalhar. Vamos começar a fazer este país crescer como ele merece. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia, visitantes, gostaria de me manifestar, antes que o assunto caia no esquecimento - o que é de praxe, e eu tenho denunciado desta tribuna -, sobre a nossa insegurança pública e os sobressaltos da violência que vem campeando o nosso grande Brasil.

Após aquele episódio que chocou todos os brasileiros, o assassinato cruel do garoto João Hélio, que foi arrastado por 7km, houve outros crimes tão bárbaros ou piores que esse. E ainda continuamos vendo as coisas andarem de forma muito lenta. E o pior: hoje, Deputado Gustavo Valadares, ouvimos na Rádio Itatiaia, por volta de 8h30min, uma entrevista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a qual nos deixou muito tristes. Ele tentava generalizar a situação de violência no Brasil, dizendo que não poderia permitir o aumento da pena para o menor infrator porque o Brasil precisa de educação e trabalho. Mas em momento algum disse quais eram as medidas que o governo federal estava tomando na área da segurança pública. A polícia da União está sob a sua responsabilidade. A Polícia Federal é que combate o narcotráfico, impede que cada quilo de cocaína entre no Brasil passando por nossas fronteiras - possuímos 7.500km apenas de fronteira seca. Portanto, este imenso país deixa a cocaína passar livremente, chegando às nossas favelas e periferias e causando um estrago enorme nas famílias.

Quando abrimos a linda Constituição da República, vemos o seu art. 144 estabelecer que a segurança pública é dever do Estado. Há uma enorme parcela de responsabilidade do governo federal, que vem se esquivando ao longo do tempo.

Então, fiquei muito triste, Deputado Carlos Pimenta, assim como V. Exa., que ocupou a tribuna desta Casa para denunciar situação da BR-135, por todos os prejuízos que tem causado, tanto no aspecto material quanto humano, para as pessoas que por ela precisam trafegar.

Portanto, são ações que estão no plano do governo federal e que constantemente venho cobrando. Após a morte do garoto João Hélio, houve o caso da garota Gabrielly, que morreu no colo do avô, na cidade de São Paulo, em razão de um assalto. No Espírito Santo, houve o caso daquele garoto de 8 anos, filho de um Agente Penitenciário de Minas Gerais, o qual foi violentado sexualmente e depois morto. Recentemente, ocorreu também aquele crime bárbaro contra os franceses. Todos os dias, temos contabilizado fatos assim.

Deputado Carlos Pimenta, costumo estabelecer como ordem cronológica para começarmos a observar como o discurso está longe da prática aquele assassinato da professora no ônibus 174, ocorrida em 2000 numa ação desastrosa da Polícia Militar carioca. Foi um crime que chocou o País. Para não dizer que gosto do embate ideológico, de acusar um lado ou outro sem apontar as falhas, porque isso não chega a dar bons frutos... Quando esse crime ocorreu, Fernando Henrique estava à frente do governo federal. Pela televisão, ele disse que estaria lançando um grande plano nacional de segurança pública. Esse plano tinha 30 pontos. O que foi feito dele? Um ponto foi executado: criar o Fundo Nacional de Segurança Pública. Segundo um Consultor do Senado, que elaborou um estudo sobre a matéria, ele não tem sequer uma amarração jurídica. Quer dizer, um fundo que na verdade está desprovido até das amarrações jurídicas necessárias para que tenha uma vida mais longa. A qualquer momento podem dar uma "canetada" e terminar com o citado fundo. Até hoje esse fundo restringiu-se a hrepassar migalhas para os Estados. Então, começou lá. Há tempos temos observado isso.

Para alguns observadores desatentos, apresentamos esse ponto de partida, porque naquele momento a grande imprensa brasileira fez um enorme estardalhaço. A fim de parar com esse grande barulho, Fernando Henrique Cardoso disse que tinha um Plano Nacional de Segurança Pública. Temos assistido a isso o tempo todo; porém, as medidas efetivas mesmo não são tomadas. Daquele episódio para cá, quantos crimes já abalaram o País? Lembro-me de alguns: o assassinato dos Prefeitos do PT Celso Daniel e Toninho; de Juízes; do Promotor Francisco José Lins do Rego; dos Fiscais de Unai, que foi um crime bárbaro. Até hoje o STF, com a sua belíssima decisão, permite que, para crime hediondo, haja uma progressão de regime. Nessa progressão, o criminoso cumprirá 1/6 da pena. Aliás, abri esse parêntese, que diz respeito ao assassinato dos quatro Fiscais de Unai, para termos uma idéia da situação.

Há poucos dias, o Prof. Sacha Calmon publicou uma matéria sobre a maioria penal. Até hoje há pessoas que estão filosofando com poesia e muito lirismo sobre esse assunto. Permitir que o menor pratique crime hediondo, mediante violência, e sofra apenas uma medida de internação de três anos é simplesmente falar para a população: faça justiça com as próprias mãos. É isso que o Estado está querendo fazer pela sua ausência, inércia, incompetência e demonstração de atitudes que não saem do papel.

Dirão que há questões políticas e sociais que precisam ser levadas em consideração. Concordo.

Quando digo - e repito várias vezes - que o menor de 17, 16, 15 ou 14 anos que comete crime hediondo deve responder, como dizia Beccaria, proporcionalmente à gravidade do delito, é porque todos sabemos que ele entende o caráter ilícito do crime. Todos sabemos disso.

Portanto, é necessário termos essa consciência. Não estou pregando nem pregarei em favor de se jogar fora todo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8.069, de 1990, que, em sua maior parte, é muito boa. Mas continuar premiando é um absurdo. O pior, Deputado Lafayette de Andrada, é que a população às vezes não se atém a um detalhe importante. Esse menor de 16 ou 17 anos - muitas vezes biologicamente mais forte que muitas de suas vítimas, homens e mulheres - que pratica um crime hediondo, mediante violência, pode praticar 10 latrocínios e, quando alcançar os 21 anos de idade, será posto em liberdade sem ter sequer uma ranhura na sua ficha criminal. Isso é prêmio. Não me refiro ao menor que praticou furto de celular ou arrombamento de residência. Para esses crimes, continuamos com o Estatuto da forma como está. Entretanto, permitir que crime hediondo, mediante violência, latrocínio, estupro e seqüestro seguidos de morte tenham pena tão branda é simplesmente dizer aos maiores que cometam os crimes e coloquem a culpa nos menores. Estes assumem a autoria e deixam os maiores livres. Em um ou dois anos, no máximo três, o menor estará na rua.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, não sou, como V. Exa., especialista em segurança pública, mas o bom senso mediano que todos temos mostra que ela esbarra em várias questões, tais como legislação, progressão, comunidade prisional, enfim, vários aspectos a serem considerados. O bom senso nos informa também que a questão financeira e a do investimento são extremamente importantes.

V. Exa. criticou o fundo de segurança. Nessa esteira, quero dizer que o governo federal, nos últimos quatro anos, contingenciou os recursos necessários para esse setor e não os repassou aos Estados. Em Minas, ao contrário, multiplicamos, nesse mesmo período, em 10 vezes os investimentos em segurança. Veja bem: a questão já é delicada, e o governo federal ainda diminui os recursos!

Hoje foi criada, no Congresso Nacional, uma frente parlamentar que está colhendo assinaturas para apresentar uma emenda à Constituição proibindo o governo federal de contingenciar recursos da segurança. Essa é uma questão primordial, nevrálgica. O governo não pode deixar de investir nesse setor.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer, Deputados. Parabênzo a atuação de V. Exa., grande especialista em segurança pública. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço ao Deputado Lafayette de Andrada o aparte. Sem recursos, sem dúvida, não há como avançar nessa questão.

Tivemos, ainda há pouco, uma matéria criticando a ação da Polícia Militar, que estaria gastando R\$1.000.000,00 no Noroeste de Minas. Deixo claro que seria justificável, se fosse necessário, gastar R\$10.000.000,00 para manter o cerco, o Estado Democrático de Direito, para todos terem a noção de que as Polícias Militar e Civil estão lá procurando, mesmo que não encontrem as pessoas. É necessário manter o cerco, fustigar, pois é o poder de resposta do Estado à capacidade do cidadão de acreditar no poder constituído. Se assim não o fizermos, continuaremos assistindo a essa bandalheira.

Estive com o ex-Deputado Rogério Correia, grande companheiro, por várias vezes, em Unai, quando da chacina dos fiscais. Por que não transformar o crime contra o agente público, seja fiscal, seja policial; em hediondo? Hoje qualquer um mata um policial, e fica por isso mesmo.

Há uma turma que diz que enrijecimento de pena não adianta. Não adianta como, se o Brasil não tem pena de morte, prisão perpétua nem banimento cruel e trabalho forçado?!

A pena máxima é de 30 anos, e não conhecemos o criminoso que ficou preso por esse tempo. Desafio os nobres colegas Deputados ou aqueles que operam na segurança ou na área do direito para me apontarem qual foi o bandido, no Brasil, que ficou 30 anos preso. Depois, com demagogia, dizem que aquele cidadão não recebeu isso, não recebeu aquilo. Estamos falando do que é mais protegido por todo o arcabouço jurídico: a vida.

Para algumas pessoas, a vida do garoto João Hélio, da garota Gabrielly e de tantos outros não tem o mesmo valor. Não se deve apenar o menor ou o maior, seja ele quem for. Tem gente pensando que o cidadão apenado por um crime hediondo tem de ser colocado em um determinado local para sua ressocialização. Temos de invocar Beccaria de novo, segundo o qual o principal objetivo da pena é punir, e não ressocializar. Ressocialização é a consequência da punição. No Brasil as coisas continuam a funcionar diferente: primeiro, vamos ressocializar. Não, principalmente se uma criança foi estuprada, como é o caso da Miriam Brandão, em que os assassinos, além de seqüestrá-la, estuprá-la, matá-la, queimá-la e depois enterrá-la, já estão soltos. Era crime hediondo. Há pessoas achando que as nossas penitenciárias carcerárias primeiro têm de recuperar. Não! Primeiro é preciso punir, segregar do convívio social, porque aquele cidadão tem de aprender a refletir, anos e anos no xadrez, sobre a grave lesão que cometeu à sociedade.

Temos muita gente de plantão com uma visão completamente distorcida do que é uma pena e do seu objetivo. Primeiro, prende. É crime hediondo? Vamos ressocializar o cidadão. Não é por aí. As pessoas que pensam assim, com certeza, Sr. Presidente, não tiveram sua família como vítima. Elas não chegaram perto de uma vítima, não acompanharam a ocorrência policial de uma criança estuprada, com a presença do pai e da mãe, não sabem entender o calor dos fatos e pensar no outro lado.

O Estado tem o dever de punir. Não se trata de vingança. Cadeia para crime hediondo mediante violência é dever do Estado. Não pode haver vingança. No Brasil não se permite isso, pois o cidadão está protegido pelas cláusulas pétreas. Nesse sentido, Sr. Presidente, fazemos um apelo. Estaremos, a Comissão de Segurança Pública, pleiteando junto ao Presidente desta Casa uma agenda na Câmara dos Deputados e do Senado Federal para que Minas, por meio dos seus Deputados Estaduais, possa dar essa contribuição. Chega de lero-lero, chega de conversa fiada. Precisamos disso. Não que isso vá solucionar o problema de segurança pública. O cidadão, que trabalha no dia-a-dia, precisa tomar conhecimento de que o Congresso Nacional votou uma lei - severa - na qual a pena será proporcional à gravidade do delito de quem o praticou. Esse cidadão, portanto, vai ficar preso. É isso que precisamos conceder à população.

O Deputado Almir Paraca (em aparte)* - Gostaríamos de cumprimentar o nobre Deputado Sargento Rodrigues. Sabemos que a sua compreensão é global, que ele sabe bem, pela sua atividade e história, que segurança pública não é caso, exclusivamente, de polícia. Temos de fazer todo o esforço para a transformação da sociedade brasileira, para que, de fato, a tranquilidade possa voltar a reinar, trazendo paz aos lares, aos cidadãos comuns de Minas Gerais e do Brasil.

Quería aproveitar o aparte para solidarizar-me também com a população do Noroeste de Minas, minha região, do Vale do Paracatu, especialmente com a população de Bonfinópolis de Minas. Nas três últimas semanas tenho passado por todas essas cidades, pelas barreiras policiais, pelo cerco feito na região, estive lá, aliás, nos dias em que foram capturados os primeiros reféns na localidade de Riachinho. Sei de

todo o esforço que está sendo feito.

É importante salientar que o índice de libertação de reféns vivos é total. O índice mundial é de 66%, e o nosso é de 100%, por isso é preciso parabenizar o pelotão que trabalha lá por ter alcançado um índice bastante superior à média, com a libertação da totalidade dos reféns. Esperamos que esse caso se conclua com sucesso para que possamos voltar a ter um mínimo de segurança na região. Aquela região tem muitas dificuldades estruturais, dificuldades de acesso, esperamos, então, que a Polícia Militar possa, de fato, devolver a tranquilidade à população da região Noroeste e, por extensão, à do Norte de Minas, que têm sido vítimas da violência com a chegada do crime organizado nas nossas regiões. Muito obrigado.

A Deputada Maria Lúcia (em aparte)* - Quero aproveitar a presença de V. Exa., grande militar atuante, cujo trabalho efetivo na nossa cidade conhecemos, para parabenizar a indicação da Ten.-Cel. Luciene, nomeada Coronel da PMMG, que deverá passar a Subchefe do Comando Militar do nosso Estado. Talvez todos esses fatos nomeados por V. Exa. tenham solução com a presença e a participação da mulher na política. São problemas sociais terríveis, que trazem grande intranquilidade para nossas famílias. Agora, com a figura da mulher ajudando os homens a tomar medidas, podemos vislumbrar, com muita esperança, um futuro melhor para o nosso país, para Minas Gerais, para as nossas cidades.

Neste momento em que está sendo preparada a Conferência Estadual da Mulher, que elege o tema "A mulher e o poder", quando será debatida exatamente a participação da mulher nos espaços do poder, podemos dizer, com certeza, que estamos de mãos dadas no combate a todos os problemas ligados à violência. A partir de hoje, dia 1º de março, daremos início à comemoração do Dia Internacional da Mulher. Estamos preparando essa conferência para que possamos, realmente, dar solução para esses problemas, porque sabemos quanto isso tem prejudicado e trazido intranquilidade para todas as famílias brasileiras.

Portanto, parabéns, Polícia Militar, pela nomeação da Cel. Luciene, que, tenho certeza, engrandecerá muito o trabalho militar do nosso Estado e do nosso país.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço as palavras da Deputada Maria Lúcia, ex-Prefeita, companheira de Cataguases, atuante na região da Zona da Mata.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Agradeço a oportunidade. Meu aparte será muito rápido, nobre Deputado. Ontem à noite, pelos noticiários da grande mídia, acompanhei uma entrevista do Governador que me deixou estupefato. O que ele disse é muito contraditório. É justo que ele reivindique mais recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para o Estado de Minas. É louvável, e apoiamos, mas há uma grande contradição, pois até hoje, em Minas Gerais, não instituímos o Fundo Estadual de Segurança Pública - projeto de autoria de V. Exa. -, que é fundamental.

Quero reconhecer essa luta já de anos e anos. O Fundo resolveria o problema estrutural da força de segurança pública na base, principalmente no interior. No orçamento para o ano que vem, serão mais de R\$400.000.000,00.

V. Exa. sabe muito bem que não há nenhum Município no Estado que não faça convênio com as forças de segurança pública, principalmente a Polícia Militar. Se não contribuírem, infelizmente a polícia não anda: não tem gasolina nem papel higiênico, não tem condições de pagar energia, etc.

Isso resolveria o problema e, portanto, é um projeto de suma importância que tem de ser aprovado. E o Governador expôs a questão dos recursos, assim como outros Deputados. Esse projeto resolverá o problema das forças de segurança pública do ponto de vista estrutural: equipamentos, manutenção das viaturas. Se não for aprovado, infelizmente, essas forças - a Polícia Civil e a Militar - terão suas ações muito fragilizadas em todo o Estado.

Mais uma vez, venho fazer esse apelo. Se os índices de Minas são positivos, isso se deve muito ao governo federal. Se fizermos uma comparação, veremos que Minas Gerais, em sua história, nunca recebeu tantos recursos como agora no governo Lula.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço ao Deputado Weliton Prado o seu aparte e apoio. Esse é o Projeto de Lei nº 9, que trata do Fundo Estadual de Segurança Pública. Não tenho dúvida nenhuma de que o governo do Estado está no caminho certo ao cobrar responsabilidade do governo federal, mas estamos aqui para cobrar a fatura do Estado. O nosso projeto prevê a vinculação das taxas de segurança pública ao Fundo, já que toda taxa só pode ser criada mediante a contraprestação de serviço. Portanto, esse é um projeto fundamental, uma vez que realmente traz uma tranquilidade enorme para as forças policiais de Minas ao vincular a receita.

Quero encerrar dizendo que, em se tratando de segurança pública, temos de caminhar em duas direções: no campo da prevenção social, sem, contudo, esquecer a repressão social. São duas pontas que precisam caminhar juntas, e, cada vez mais, o governo do Estado vem reconhecendo a situação.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Rosângela Reis* - Quero agradecer a oportunidade, parabenizar os Deputados que me antecederam e cumprimentar os Deputados e Deputadas presentes.

Resta-me pouco tempo. Aqui foram abordados muitos temas: a ingerência de uma administração, a corrupção política, a segurança pública e outros, e não posso deixar de mencionar a educação. É preciso que se invista na educação, no ensino de qualidade, para assim minimizarmos esses índices de violência tão altos que nos estarrecem e desanimam.

Entretanto, não podemos desistir. Temos, Deputado Sargento Rodrigues, de vir a esta tribuna debater o assunto e propor soluções para que haja melhoria da situação. Quero aqui mencionar que, no dia 12 de fevereiro, aconteceu no Município de Vargem Alegre uma reunião em que se produziu um manifesto em prol da pavimentação das estradas daquela região.

A chuva causou muitos prejuízos na região do Rio Doce. A situação não está fácil. Está havendo prejuízos para os cofres públicos no que se refere ao transporte escolar, ao transporte de pessoas que buscam resolver problemas de saúde e de educação, ao transporte daqueles que precisam trabalhar.

Portanto, há muitos prejuízos. Treze Municípios participaram desse manifesto por meio da Associação dos Municípios do Vale do Aço - Amva. Treze Prefeitos assinaram e endossaram o manifesto solicitando a melhoria daquelas estradas.

Realizamos hoje uma reunião com o Dr. Danilo de Castro e lhe entregamos um documento solicitando a duplicação da BR-381, no trecho de

Ipatinga a Governador Valadares. Trata-se de uma BR cuja responsabilidade é do governo federal, mas é necessário que todos os Deputados se engajem nessa luta, que a abracemos juntos em prol da BR-381. Muitas vidas já foram ceifadas nesse trecho; aliás, perdemos muitos colegas, Prefeitos, Vereadores.

Também solicitamos a conclusão da reforma da BR-458 no trecho de Vale Verde a Ipaba, com a construção do trevo local; a obra do trecho da BR-458, acesso a Ipaba; a conclusão da reforma do trecho da BR-458, de Vargem Alegre a Caratinga; a construção dos trechos da BR-116, em Inhapim; o recapeamento do trecho de São João do Oriente, na BR-458, e das estradas de Mesquita, de Joanésia a Braúnas, que tanto precisam de melhoria.

Sabemos que o acesso ao escoamento de mercadorias aumenta o IDH. Para que haja melhoria e facilidade no acesso, é preciso investir.

Conclamo os nobres Deputados a ajudar-nos nessa luta, a fim de conseguirmos melhorias para os trechos vicinais de que a população necessita. Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de pronunciar-me. Muito obrigada.

*- Sem revisão da oradora.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Deputado Doutor Viana, Presidente em exercício, os Deputados presentes à Mesa, no Plenário, a imprensa, a TV Assembléia e os demais que nos acompanham neste momento.

Em nome da Bancada do PT, faremos uma breve exposição que também contará com a participação do Deputado Carlin Moura, do PCdoB. Antes, porém, gostaria de dizer que ouvi atentamente as várias manifestações dos Deputados. Todos os partidos políticos presentes na Assembléia Legislativa, os que dão sustentação ao governo Lula e o PT fizeram uma avaliação profunda do resultado das eleições e das discussões sobre reforma política, enfim, temas nacionais que são importantes para pensarmos o crescimento do País, repensarmos o modo de organizar os partidos políticos, o que a população tem dito dos políticos brasileiros e que leitura nos fazem ter da política brasileira nos últimos anos, especialmente sobre os resultados das eleições em 2006.

Uma das lições aprendidas no último ano é que a população brasileira, a partir de sua própria história e vida, fez uma escolha diferente da opinião pública, posicionando-se com base em suas próprias realizações, benefícios, mudanças e melhorias de vida que chegaram a cada um. Isso, apesar de toda a crise política e da opinião pública estabelecida muitas vezes a partir de uma visão conservadora.

Essa é uma lição que nos faz mudar de comportamento e nos faz examinar como partidos políticos, colocando-nos, de fato, no novo contexto da sociedade brasileira. A antecipação eleitoral ocorrida no debate das eleições de 2006, feita durante mais de um ano e meio sobre o Presidente Lula, resultou em 58 milhões de votos nas urnas.

Seria prematuro fazer uma antecipação da disputa eleitoral em Belo Horizonte. É preciso reconhecer que a gestão pública não é fácil, governar requer prioridades, planejamentos, escolhas, acertos, uma boa equipe, um bom programa de governo e uma boa articulação política com a sociedade, os partidos e a Câmara de Vereadores.

O debate em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte, deve ser ético. O debate feito na sociedade em relação à corrupção necessita de provas. Quando se fala publicamente, é preciso que se apresentem os fatos para que a população possa aferir o que está sendo dito.

Assim como nas representações do PV, que hoje sustenta o governo Lula, e no belíssimo trabalho do Ministro Gil à frente do Ministério da Cultura, os cuidados políticos devem permear a administração de Belo Horizonte.

Particpei de um encontro do Mercosul sobre educação. Para minha surpresa, a questão da experiência da educação em horário integral, a escola aberta, os novos métodos pedagógicos implantados em Belo Horizonte e Contagem e em grande parte dos Municípios da Região Metropolitana foram exemplo de gestão e mudança na área da educação. Também as experiências de implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas - possibilitaram critérios igualitários do governo federal para Estados e Municípios. Belo Horizonte foi precursora na implantação do Suas sem paternalismo, com proteção social de fato aos cidadãos que mais precisam dos cuidados do Estado. Há também as experiências no cuidado em relação à urbanização de favelas. Enfim, uma série de experiências positivas que se relacionam de maneira participativa com a sociedade devem ser consideradas quando se faz uma avaliação tão dura da gestão municipal.

Farei um breve comentário. Ouvi falas de representantes do PFL, que agora se chama Partido Democrático, e acredito que avaliaram e tiraram lições desse processo. Precisamos ter novos comportamentos diante da sociedade brasileira. Quando pensamos em crescimento econômico, não queremos apenas crescimento do PIB. O crescimento do PIB de 1964 até 1980 atingiu uma média de 7,8%, mas nos últimos anos não é o que desejamos. Queremos crescimento do PIB com distribuição de renda e inclusão social, possibilitando a milhares de famílias o acesso a direitos sociais básicos, negados historicamente ao longo de muitos anos neste país. Precisamos reduzir as desigualdades sociais. É responsabilidade do primeiro mandato do Presidente Lula e de todos os governantes, e deste segundo mandato, que se inicia promissor nesse sentido, fazer crescer o Brasil, possibilitando que milhares de brasileiros possam alimentar-se com dignidade, ter moradia e salário mais digno, enfim, ter condições de ser cidadãos brasileiros. É o Brasil cidadão e o Brasil nação que desejamos.

É claro que, nesses próximos anos, desejamos crescer além de 4,5%, talvez 5%, para que tenhamos um Brasil com essa cidadania.

O ambiente econômico e político de hoje nos ajuda a obter essas condições. Temos menor vulnerabilidade externa, tanto é que a queda das Bolsas da China não abalou a nossa economia. Realizamos um pagamento antecipado de R\$15.000.000.000,00 ao FMI, para não termos mais a sua tutela sobre as decisões da nossa política econômica e poderemos agir com soberania, ter a nossa própria política a partir da experiência brasileira.

Hoje temos reservas de US\$100.000.000.000,00. Os nossos juros estão em queda, e queremos que eles caiam mais para contribuirmos para o setor produtivo, ajudando o País a crescer. Temos um dos menores riscos-país da nossa história. Acredito que o ambiente econômico contribui para termos uma aceleração do crescimento. Quando o Presidente Lula diz que é preciso o Estado brasileiro ter papel de indutor do desenvolvimento, não se trata de uma idéia de mercado, mas sim de que o País precisa ter um planejamento estratégico de desenvolvimento e, a partir daí, somar forças com a iniciativa privada, com os empresários e com todos os governos, para possibilitar assim o crescimento deste país. Essa é que é a agenda política do Brasil neste momento.

Há também a agenda da reforma tributária e da reforma política para que possamos ter financiamento público, listas partidárias, fidelidade partidária e também um sistema eleitoral e político capaz de somar com a democracia, o que fortalecerá os partidos. Com tudo isso, teremos uma democracia mais igualitária no nosso país. Esses são os eixos que consideramos importantes para termos o desenvolvimento que todos sonhamos.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Deputada Elisa Costa, nossa querida Líder nesta Casa, acredito que esse debate sobre o crescimento econômico é oportuno e importante para a sociedade brasileira. Em que pese ao profundo respeito que tenho pelos colegas parlamentares do PFL e do PSDB, ressalto que, no meu entendimento, o debate apresentado por eles está defasado. A avaliação do primeiro mandato do governo Lula foi feita nas urnas deste país nas eleições de outubro. Aliás, devo chamar a atenção para o fato de que o segundo turno das eleições no Brasil foi fundamental para passar o País a limpo. Demonstrou-se que, se hoje o Brasil cresce pouco, isso ocorre em decorrência da política estrutural implementada durante os últimos anos e da herança maldita dos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso.

Durante o período do governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a venda de 76% do patrimônio público deste país. Encontramos uma economia dilacerada e destruída. Os primeiros quatro anos do governo Lula foram para organizar a casa, estabilizar a economia e preparar o Brasil para o crescimento. As urnas demonstraram isso com os 58 milhões de votos. Agora, se há uma coisa que faz com que o nosso Presidente Lula tenha a cara do nosso povo brasileiro é a marca da transparência e da sinceridade.

O Presidente Lula, assim como nós, não está satisfeito com os níveis de crescimento econômico do País. E ele diz isso todo dia. Agora o debate é este: como acelerar o crescimento. E não é à toa, Deputada Elisa Costa, que a marca principal do segundo mandato, o gesto simbólico, é o PAC. É isso que está em jogo. O nosso país está preparado para esse crescimento. Não vamos ficar debatendo o que foi debatido. Vamos debater para a frente, vamos ver o que o País precisa fazer, pois realmente o nosso crescimento está aquém do que o Brasil precisa.

Se verificarmos os últimos números, o Brasil cresce em índice pequeno, mas, se verificarmos o último trimestre de 2006, ele já aponta o rumo da economia. Crescemos 1,1% no último trimestre, o que, no ano, totaliza mais de 4%. Esse é o rumo, o norte. O País precisa crescer acima de 5%. Por isso precisa-se de investimentos nas áreas públicas, fortalecer as empresas públicas, exonerar e isentar a forte carga tributária.

No PAC, Deputada Elisa Costa, há uma política de compensação e isenção tributárias que encontra resistência do Governador Aécio Neves, que faz o discurso de que a carga tributária é alta. Mas, na hora de fazer a compensação e a isenção tributárias, é uma choradeira danada. O discurso é um, e a prática, outra. Se queremos investimentos, temos de promover a isenção tributária, para sobrar investimentos para a infra-estrutura, as estradas, as hidrelétricas e a duplicação da BR-381. Esse é o debate no momento, porque o outro já não serve ao Brasil, pois o Brasil já o fez no segundo turno das eleições. E o Presidente Lula, em pouco tempo, demonstrou que muita coisa estava errada neste país. O pouco que ele acertou já ocasionou grande resultado na vida dos brasileiros.

Hoje passei em frente ao Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefet -, na Av. Amazonas, e há uma obra monstruosa sendo construída ali. Outro dia visitei a UFMG, minha saudosa universidade, onde tive oportunidade de me formar. Hoje ela possui outra cara; é outro patamar. Com todas as dificuldades, o Brasil tem mostrado um rumo diferente: o rumo do crescimento econômico com inclusão social.

Esse é o debate, Deputada Elisa Costa. E queremos convocar todos: a Oposição, a Situação, o PFL, o PSDB. Esqueçam o passado e preocupemo-nos com a aceleração do crescimento, pois isso é o que interessa ao povo brasileiro e ao povo de Minas Gerais.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputada Elisa Costa, gostaria de concordar com V. Exa. quando diz que o Brasil precisa de reformas estruturantes. Precisa mesmo; não podemos continuar patinando. Mas o que desejamos - e é fundamental - é o que não ocorreu nos últimos quatro anos; queremos que essas reformas ocorram, que essa agenda ocorra de fato. A reforma tributária não houve, assim como as reformas previdenciária e política; não obstante, todos os dias, o governo federal falar da necessidade dessas reformas, que desejamos.

Foi dito que o governo de Minas é contra a desoneração da carga tributária. Isso não é fato, mas falácia. O que há no PAC é uma desoneração daqueles impostos distribuídos aos Estados. Nas contribuições que ficam só nas mãos do governo federal, ele não mexeu, mas foram desonerados os impostos cuja receita é dividida com os Estados. E os Municípios ganharão menos recursos ainda.

V. Exa. está de parabéns quando fala da importância desses projetos estruturantes para o Brasil, mas temos de torcer para que, ao contrário do que houve nos últimos quatro anos, eles efetivamente ocorram nos próximos quatro anos e não fiquem apenas no blablablá.

A Deputada Elisa Costa - Queria comentar, Deputado Lafayette de Andrada, que a reforma tributária só não aconteceu porque a grande maioria dos governadores ainda não aceitaram o debate. E, no próximo dia 6 de março, quando o Presidente Lula se reunirá com o conjunto de Governadores do Brasil, além das diversas ações relativas ao PAC, um dos temas que ele está trazendo é a reforma tributária.

E qual é a manifestação dos Governadores, qual é a manifestação do Governador de Minas? Eles já questionam e discutem a reforma tributária. Na verdade, quando se quer avançar, quando se quer pensar no conjunto do País e quando se quer reduzir a carga tributária, sentimos a resistência de todos porque todos querem ganhar e ninguém quer dividir. De fato, é preciso uma avaliação mais sincera desse tipo de comportamento, até do governo de Minas Gerais.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Agradeço a V. Exa. o aparte. Quero fazer algumas correções e observações. Primeiramente, com certeza, nosso partido ainda é o PFL, até o dia 28 de março, data em que faremos uma convenção nacional para aprovarmos a refundação do partido. Entre outros assuntos da pauta de discussão desse dia estará a mudança de nome, não para Partido da Democracia, mas para Partido Democrata.

Nosso partido, o que tenho até de agradecer a Deus, realmente ouviu o recado das urnas, é sensível à vontade popular. Por isso, buscamos a modernização, tentando aproximar-nos ainda mais da sociedade brasileira. Estamos analisando os erros cometidos pelo nosso partido. Deputado Carlin Moura, não podemos nunca deixar de olhar o passado. Só assim impediremos que os mesmos erros sejam cometidos no futuro.

Estamos levando conosco - do contrário não seria uma refundação, mas uma fundação - os princípios que julgamos importantes, que persistem desde a fundação da Frente Liberal, constituída para viabilizar a volta da democracia no nosso país. Quero deixar essa observação bem clara.

Discordo de V. Exa. quanto ao crescimento econômico. Não podemos minimizar o fato que está hoje estampado nos jornais de todo o País. Quando analisamos o crescimento do PIB, tratamos de um fato econômico que, se não for o mais importante, é um dos mais importantes a mostrar-nos a quantas anda nosso crescimento. O crescimento econômico, a distribuição de renda, como V. Exa. bem disse, tudo se reflete no crescimento do PIB do nosso país.

Torcia - e ainda torço por sucesso daqui a quatro anos - para que hoje eu não estivesse aqui fazendo essa observação do crescimento pífio do primeiro mandato do governo Lula. Queria estar jogando confete e serpentina e comemorando um crescimento, como o da Venezuela do Presidente falastrão e populista Hugo Chávez, de mais de 10% no último ano. Infelizmente, o crescimento do Brasil foi menos de 2,5%.

Estamos todos dentro do mesmo barco. Não acredito e discordo do Deputado Carlin Moura, que disse que as eleições do ano passado resolveram todos os questionamentos. Nas eleições foi eleito o Presidente da República, mas foi eleita também uma Oposição que questionasse resultados pífijs, como esses que hoje vemos nos jornais. Precisamos ficar do mesmo lado. Torço pelo meu país. Por isso, hoje tenho de torcer

pelo governo; todavia, tenho a obrigação de questionar o que vejo de errado no governo, porque esse é o meu papel hoje, como membro do PFL, que foi escolhido pela população para ser da Oposição.

Infelizmente, só tenho visto, com muita sinceridade e nenhuma demagogia, muita falácia, muita irresponsabilidade no discurso e, acima de tudo, um populismo exacerbado, o que é muito aflorado em nossa América Latina. Precisamos deixar isso um pouco de lado e partir para o choque de gestão, para a gestão administrativa, com competência e responsabilidade.

Agradeço a V. Exa. o seu espírito democrático. Pode ter a certeza de que, quando eu estiver nesta tribuna, concederei a V. Exa. quantos apartes pedir, para que possamos, de forma democrática, sincera e transparente, estabelecer o diálogo e a interposição de idéias. Muito obrigado a V. Exa., a quem desejo sucesso nestes próximos quatro anos, o que desejo não só a V. Exa., mas também ao seu partido, que é o do governo federal.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Gustavo Valadares.

Gostaria de fazer referência a outro tema, mas, tratando ainda da questão do crescimento, ressalto que realmente, quando o Presidente Lula assumiu o governo para exercer seu primeiro mandato, a economia do País estava no fundo do poço. Todos nós sabemos disso. Nos últimos quatro anos, o governo trabalhou para garantir a estabilidade e preparar o Brasil, do ponto de vista econômico e social, para o desenvolvimento. Agora, as condições políticas e econômicas apontam para isso. Em dezembro, o governo Lula já detinha uma avaliação do resultado do PIB. Diante disso, surgiu a perspectiva, a necessidade de se pensar em um plano de aceleração do crescimento que envolvesse a sociedade brasileira.

O Deputado Carlin tem toda a razão: temos de pensar em como podemos participar efetivamente do processo de crescimento do País, com distribuição de renda. Atualmente, registra-se que 6 milhões de famílias conquistaram dignidade, saíram de uma situação crítica, no que se refere à sua vida e à sua história, já que têm direito a uma renda, a um salário e, dessa forma, usufruem melhores condições de vida; porém desejamos ir além, ou seja, queremos ver mais famílias participarem de programas sociais. Com os programas de geração de trabalho e renda, com o crescimento econômico, que viabiliza a criação de empregos formais, e com a participação da sociedade, haverá novas perspectivas para o País.

A grande novidade, nesse processo político, são os novos agentes sociais e históricos, que levantaram a cabeça e estão dizendo: "Somos cidadãos, queremos participar, construir este país, ser protagonistas das mudanças sociais e econômicas, para as quais o Brasil e toda a sociedade se preparam".

Por fim, farei um registro. O Ministério das Cidades, há alguns dias, publicou a lista de cidades que receberão os primeiros projetos referentes à área de saneamento para todos. Esses projetos foram aprovados para Minas Gerais, e alguns deverão ser executados em 2007. São 37 cidades, cuja maioria faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, somando-se R\$569.000.000,00. Ademais, haverá outros programas e outros recursos do Orçamento Geral da União - OGU. Na verdade, esses recursos são oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; todavia, como eu dizia, haverá outros programas e recursos que virão contribuir para o saneamento em Minas Gerais. São projetos na área de abastecimento de água, de desenvolvimento institucional de projetos para os Municípios, de esgotos sanitários, de águas pluviais, de destinação final do lixo e do saneamento integrado, incluindo-se pavimentação.

No que se refere ao valor, chamo a atenção de todos para um detalhe. Refiro-me ao valor que vai ser operado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa. Ou seja, dos R\$569.000.000,00 das 37 cidades de Minas, a Copasa vai operar diretamente R\$229.067.000,00. Como se vê, chegam recursos do governo federal para os Municípios, e a Copasa opera grande parte deles. Portanto fica demonstrado que há recursos federais, sim, para o saneamento. Diante disso, temos de refletir se a Copasa reúne - ou não - condições para promover a universalização do saneamento no Estado de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/2/2007, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalcleber Lopes

nomeando Lázaro Silva Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Agostinho Patrus Filho

exonerando Maria Helena Silveira Belisário do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando Maria Tereza Real do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

exonerando Rubens Vieira dos Santos Junior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando, a partir de 6/3/2007, Andréa Lemos Cardoso do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Geisson Ribeiro dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Inácio Franco

nomeando Jane Kenea Alves Duarte para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

nomeando Lidiane Rita do Carmo Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zezé Perrella

exonerando Lucia de Fatima Sousa dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando Marília Naves Gonçalves do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Angela Beatriz Santiago Drumond do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando José Donizete Godinho Lima para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Roberto Vieira de Carvalho, matrícula 5922-6, no período de 13 a 27/2/2007.

Mesa da Assembléia, 5 de março de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Francisco Takeshi de Souza Uejo, matrícula 15249-9, nos dias 15/2/2007 e 27/2/2007.

Mesa da Assembléia, 5 de março de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado José Alves Viana, matrícula 9664-4, no período de 2 a 23/2/2007.

Mesa da Assembléia, 5 de março de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

PORTARIA

Designa comissão encarregada de acompanhar o processo eleitoral dos representantes de servidores que integrarão o Conselho de Administração de Pessoal.

O Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 23 da Deliberação da Mesa nº 993, de 20/10/93, com a redação dada pelo art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.257, de 12/3/2002,

resolve:

Ficam designados os servidores Antônio Augusto Salles e Salles, matr. nº 2.727-8, Cássio Marques Viana, matr. nº 3.555-6; e Guilherme Francisco Furtado Bragança, matr. nº 3.062-7; para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão encarregada do processo eleitoral dos representantes dos servidores que integrarão o Conselho de Administração de Pessoal.

Palácio da Inconfidência, 5 de março de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Perfil Promoções e Publicidade Ltda. Objeto: prestação de serviços de planejamento, criação, produção, distribuição à veiculação, supervisão, avaliação e acompanhamento de campanhas publicitárias, promoção, pesquisas, eventos, incluindo o fornecimento de materiais de divulgação pertinentes e demais serviços necessários à complementação das ações de comunicação social da contratante. Objeto deste aditamento: sétima prorrogação do contrato. Vigência: três

meses, a partir de 21/2/2007, ou até que se ultime procedimento licitatório para nova contratação de empresa prestadora de serviço de publicidade, o que ocorrer primeiro. Dotação orçamentária: 01.031.011-4011.3.3.90.39.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Câmara Municipal de Lavras. Objeto: cessão de tempo da programação da TVA. Objeto deste aditamento: terceira prorrogação. Vigência: dois anos, de 18/3/2007 até 18/3/2009.

ERRATA

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, EM 1º/3/2007

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 3/3/2007, na pág. 50, col. 3, substitua-se a questão de ordem formulada pelo Deputado Ademir Lucas pela que se segue:

"O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, Srs. Deputados, do meu gabinete assisti ao início do pronunciamento do Deputado Carlin Moura, do PCdoB, que abordou a questão do Parque Fernão Dias e dos Centros Sociais Urbanos Eldorado e Amazonas.

Desde que retornei a esta Casa, tenho procurado focar minha atuação em questões mais relevantes. Se eu quisesse ser Vereador, ter-me-ia candidatado à Câmara de Contagem. Todavia, como fui eleito Deputado Estadual, creio que este Parlamento merece discussões mais consentâneas com a finalidade da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, como a atividade de fiscalização do Poder Executivo e a legislação de matéria complementar ou não à Constituição Federal, mas relativa ao Estado.

De certa forma, tenho-me recusado a discutir questões paroquiais até mesmo para não apequenar este Plenário e a população que nos trouxe aqui. É uma perda de tempo a Assembléia Legislativa discutir questão dessa natureza, absolutamente impropriedade, inverídica, que não guarda nenhuma relação com a verdade.

Queria dizer ao Deputado Carlin Moura que não posso chamá-lo de cristão novo até porque ele é do PCdoB, é comunista, e comunista não acredita em Cristo. Portanto cristão novo ele não pode ser. Gostaria que discutíssemos a verdade. Qual é a verdade? Soube desse entrevero na Câmara de Vereadores de Contagem, mas a verdade não é essa.

O Parque Fernão Dias nunca deixou de pertencer ao Estado de Minas Gerais desde a sua instituição. A titularidade do Parque pertence à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes - Sedese.

Com a delegação de poderes que a Assembléia deu ao Governador e com a criação da nova Secretaria de Esportes e Juventude, não ficou sequer definido para quem irá a direção do Parque Fernão Dias.

Gostaria de dizer ao Deputado Carlin Moura, do PCdoB, que essa afirmação não procede. O ofício que o Chefe de Gabinete do Secretário de Meio Ambiente remeteu à Câmara de Vereadores é um ofício equivocado. Ele quis dizer Sedese do Estado, até porque Betim não tem Sedese. Se o antigo Vereador e o agora Deputado não sabe disso, é bom lembrá-lo. Para trazer uma informação, primeiro, é preciso procurar saber a sua procedência. Está tudo errado. Isso não é verdade.

Betim não tem Sedese. Entrei em contato com o Prefeito Carlaile, e ele me informou que nada sabe sobre passar o Parque Fernão Dias para Betim. Além do mais, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente nunca gerenciou o Parque. Quer dizer, essa informação é equivocada. As pessoas deveriam usar um aparelhinho chamado telefone e tentar confirmar os fatos a fim de não trazer inverdades para o Plenário, descendo ao nível da futrica e da fofoca paroquial.

O Parque pertence ao Estado e está sob a gerência da Sedese. A Secretaria de Estado de Esportes e Juventude é que vai definir se o parque fica na Sedese ou se vai para a Secretaria de Estado de Esportes e Lazer.

O Parque Fernão Dias nunca foi da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Esse ofício, Deputado Carlin Moura, mostra o notório equívoco desse Chefe de Gabinete e de quem o assinou ou o redigiu. Isso não é verdade. A Sedese nunca esteve em Betim. Aliás, seria até ótimo que estivesse em Betim, porque sabemos que a Prefeita não quis assumi-lo.

V. Exa. e o Arnaldo disseram que iriam tomar o Cesu dos seus dois colegas Vereadores para poder administrar. Tenho gravação confirmando isso. Vamos deixar as coisas da nossa paróquia para a nossa paróquia. Quanto a problema de Contagem, eu resolvo em Contagem, mas problemas de Estado devem ser discutidos aqui a exaustão. No entanto, se V. Exa. deseja transferir para esta Casa a Câmara de Vereadores de Contagem, vamos pedir uma reunião especial e trazer todo o mundo para discutir.

Volto a repetir, estamos tratando de uma questão paroquial, e não verdadeira. Todos faltaram com a verdade, inclusive o Secretário que informou e o ex-Vereador Prof. Carlin, que divulgou. Desafio V. Exa. a provar, em qualquer época, que o aludido Parque deixou de ser do Estado, a não ser durante um período em que esteve em comodato com a Prefeitura de Contagem. Aliás, isso ocorreu por orientação política de um aliado de V. Exa. e do nosso Presidente, que é o Vereador Avair Salvador, do PSB.

Repito, informo, insisto e encerro dizendo que isso não é verdade. O Parque Fernão Dias é do Estado de Minas Gerais. Na hora em que definirem se ele ficará na Sedese ou irá para a Secretaria de Esportes e Lazer, do nosso querido companheiro Deputado Fahim Sawan, fique sabendo que o Estado vai investir com grandes equipamentos.

Muitos dos equipamentos que lá estão foram montados pela Prefeitura, pela Polícia Militar, pela terceira idade, pela Secretaria de Esportes, etc.

Quanto aos Cesus, quero dizer que eles são do Estado, tanto o Cesu Eldorado quanto o Cesu Amazonas. Eles estão funcionando muito bem. O Cesu Amazonas possui uma companhia de polícia que fui eu que instalei e um posto de saúde que não foi a atual administração quem fez, e sim eu. Lá dentro também está funcionando muito bem a biblioteca da Igreja Católica. Além disso, as crianças estão sendo muito bem assistidas pela D. Cassilda Madureira. No ano passado, aconteceu o sétimo campeonato, e o Deputado Wander Borges, na época Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social, esteve no Cesu, onde o campeonato continua funcionando, com mais de 36 equipes disputando. Também está sendo construído no local um quartel da Polícia Militar, cuja construção fomos nós que solicitamos ao Governador Aécio Neves, e que agora V. Exa., a Prefeita e os Vereadores querem tomar, e não têm direito a nada; não fazem nada.

É conversa fiada! O quartel é da polícia, por solicitação nossa ao Aécio Neves; as avenidas sanitárias foram fruto de convênio que eu assinei com a Copasa, com o Governador Aécio Neves; não tem nada na Prefeitura de Contagem; o tratamento de Nova Contagem é da Copasa! Não fez coisa alguma!

O senhor pode aguardar a nossa resposta, além desta, sobre esse fato pontual. No ano que vem, faremos o julgamento, a atualização das imagens.

Quero concluir dizendo que falta a verdade a V. Exa., que deve procurar saber as informações com maiores detalhes. Não é verdade! Esse Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente equivocou-se, porque nunca o Parque Fernão Dias pertenceu a essa Secretaria, ele é da Sedese, como também não se sabe se fica aqui ou se vai para a Secretaria de Esporte. Hoje, quero reafirmar que não tem nada de Betim, não passou para Betim. Aliás, antes tivesse passado mesmo, porque o Prefeito Carlaile cuidaria bem, e Contagem iria usufruir, porque só atende aos moradores de Contagem."